JORNAL DO SINTEAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS

FILIADO À CUT CNTE

MACEIÓ - ABRIL DE 2018

A luta não para!

CAMPANHA SALARIAL 2018

NÃO BASTA RECLAMAR. É PRECISO LUTAR!

Defender o direito à educação

Não à EC 59/2016!

Companheira/o: você já parou para pensar sobre o que vem acontecendo na educação de 2009 para cá? Conhece as Emendas Constitucionais (EC) Nº 59/2009 e Nº 95/2016? Percebe o que vem ocorrendo com a educação, a escola, com os/as estudantes e com a nossa situação profissional?

A EC Nº 59/2009, que consideramos um avanço na Constituição Federal (CF), trouxe marcos jurídicos avançados como a obrigatoriedade do Ensino para crianças e adolescentes de 04 a 17 anos, reivindicação antiga da sociedade brasileira, que elevou o Brasil à condição de nação com maior tempo de ensino obrigatório no mundo.

A EC Nº 59/2009 oportunizou o debate democrático na construção do Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE é o articulador do Sistema Nacional de Educação, reafirmou a oferta obrigatória da educação básica (inédita), definiu na Constituição Federal o percentual de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para a educação nacional e garantiu o financiamento da educação pública no PNE (pela 1ª vez). Outro benefício: o fim progressivo da DRU, até 2001, impedindo o Governo Federal de retirar recursos da educação pública para outra finalidade. Vejamos, agora, o que vem a ser a EC Nº 95/2016. Criada nos "porões" do golpe, ela quer limitar investimentos públicos nas escolas e universidades públicas, sucateando-as para privatizá-las. Através dela, investe-se cada vez mais nas parcerias público-privadas (PPP's) e na expansão da rede particular em todos os níveis e modalidades.

A EC Nº 95/2016 suspende por 20 anos a vinculação de recursos constitucionais da União para a Educação e "congela" os investimentos sociais, inclusive os educacionais, pelo mesmo período. Estabelece, ainda, uma reforma do ensino médio (Lei 13.415), sem garantir o debate democrático com a sociedade. É um retrocesso no processo de inclusão social e educacional vivenciado no país na década anterior.

A EC Nº 95/2016 traz graves prejuízos para a educação básica, para estudantes, trabalhadores/as e a sociedade em geral, dentre os quais: 1) Municipalização do ensino fundamental; 2) Desresponsabilização do Estado para com o ensino fundamental maior; 3) EJA e Educação Especial deixam de ser ofertadas pelo Estado; 4) Exclusão de milhares de estudantes do ensino fundamental e do ensino noturno (fundamental e/ou médio); 5) Não garante o acesso universal à escola de tempo integral; 6) Ênfase total à Educação à Distância (EAD), comprometendo o currículo e os postos de trabalho, e 7) Desmonte da gestão democrática nas escolas.

A EC Nº 95/2016 quer transformar a escola de nível médio em limite máximo da formação. Este "limite" serão os "cursos técnicos", dificultando a entrada no ensino superior e formando uma "mão-de-obra" barata.

Os efeitos dessa "antirreforma" no trabalho pedagógico e em nossas carreiras serão grandes. Ela reconhece profissionais sem formação de magistério para atuar na área da educação profissional com o chamado "notório saber", avançando na desregulamentação da profissão e da carreira docente, precarizando o trabalho e ajudando na desorganização sindical. Alagoas é "celeiro" dessa antirreforma.

Precisamos, assim, fortalecer o espaço de resistência que criamos através do Fórum Nacional Popular de Educação (a 1ª CONAPE), que será realizado de 24 a 26/05, em Belo Horizonte (MG).

Profª Girlene Lázaro da Silva *(Diretora do Sinteal, da CUT/AL e da CNTE)*

SINTEAL
FILIADO À CUT CNTE

EXPEDIENTE

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas – Sinteal
Endereço: Avenida Major Cícero de Góes Monteiro, n° 2339
Mutange - CEP: 57.017-320 - Fones: (082) 3221.0893
www.sinteal.org.br - sinteal@sinteal.org.br
Conselho Editorial: Consuelo Correia, Célia Capistrano, Helenice Balbino, Lucas Soares, Girlene Lázaro, Edna Lopes e Darcir Acioli.

Jornalistas responsáveis:
Fábio H. C. Gomes (Mtb 704/01)
Emanuelle Vanderlei (Mtb 1133/07).
Projeto gráfico: Aleck Lima
Tiragem desta edição: 5.000 exemplares - Gráfica: Multigraf

Sinteal na CONAPE 2018

CONAPE 2018
Conferência Nacional Popular de Educação

Realização: FNPE
Fórum Nacional Popular de Educação

No período de 24 a 26 de maio, na cidade de Belo Horizonte (MG), uma delegação de diretoras/es do Sinteal e da base da educação estará participando da Conferência Nacional Popular de Educação - CONAPE 2018, realizada pelo Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE).

A Conape 2018 ganha em importância com a decisão das entidades comprometidas com a luta em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade de sair coletivamente do Fórum Nacional de Educação (FNE), após a publicação, no DOU, do Decreto Executivo de 26/04/2017 e da Portaria Nº 577, de 27/04/2017, desconstruindo o calendário da CONAE 2018 e desfigurando o próprio FNE.

A CONAPE 2018 é uma convocação pela retomada da democracia e reafirma o compromisso com uma educação verdadeiramente transformadora. É uma grande mobilização nacional envolvendo profissionais da educação, estudantes, pais e mães e representantes de movimentos sociais. E o Sinteal, mais uma vez, estará participando deste fórum de luta e resistência contra o desmonte da educação pública brasileira.

Educação em Debate - Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação

Por Edna Lopes*

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado para uma década, Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, determinou que estados e municípios construíssem ou adequassem seus planos. Maceió teve seu plano aprovado em 2012, iniciando processo de atualização e adequação com reuniões de trabalho, audiências temáticas, consultas, audiências públicas e uma Conferência Municipal de Educação. Em 2015 foi publicado no D.O. Municipal a nova lei do PME de Maceió, (Nº 6.493), depois de estudos, debates e embates entre comunidade escolar, movimentos diversos e representantes da sociedade.

No começo do ano 2016 iniciou-se nacionalmente, orientado pelo MEC/SASE, o monitoramento das metas e estratégias dos planos, com o objetivo de que se faça uma avaliação real do seu cumprimento, nesses primeiros anos, que se pontuem avanços e retrocessos, que se realinhem prioridades e sejam traçados novos planos de execução das ações previstas.

Entendendo um PM como referência para a efetivação das políticas públicas, reafirmamos sua importância como documento norteador para a resolução dos graves problemas que enfrenta a Educação nos municípios. Questões como universalização do atendimento na Educação Infantil, acesso, permanência com qualidade social, analfabetismo de crianças, jovens, adultos e idosos, atendimento às demandas da juventude, meio-ambiente, inclusão de pessoas com deficiência, Diversidades, Valorização Profissional e Carreira do Magistério e Profissionais da Educação, consolidação da Gestão Democrática e Financiamento, são *linha de frente* para o atendimento em educação da população de Maceió.

Nacionalmente, o PNE aprovou e fez a projeção do aumento dos investimentos em educação na década, porém, com a aprovação da EC 95/2016, que prevê o "congelamento" durante 20 anos para as áreas sociais com consequências extremamente danosas para todas elas e, em especial, para a educação.

Vale destacar que ao avaliar o PME devemos nos debruçar sobre condições objetivas do atendimento, estrutura das escolas, transporte e alimentação escolar, gestão, formação, remuneração, carreira, currículos, enfim, todas as dimensões que envolvem a educação escolar em um município.

É a partir desse cenário que professores/as, profissionais da educação, famílias, conselheiros educacionais, gestores públicos e privados e toda a sociedade civil organizada devem avaliar o que está sendo executado pela municipalidade para cumprir a lei e mais ainda: planejar o presente e o futuro de cidadãos/ãs que têm na educação o espaço para a conquista de uma vida melhor, com dignidade e respeito aos seus direitos individuais e coletivos.

A responsabilidade é nossa! A defesa da Democracia e da Educação como política pública de estado é urgente e o Sinteal permanece firme na luta e na resistência, monitorando e avaliando os Planos Municipais, o PEE/AL e o PNE.

Acesse os sites:
www.fnpe.com.br/documentos e www.deolhonosplanos.org.br

**É Diretora de Assuntos Educacionais do Sinteal, Conselheira dos Conselhos Estadual de Educação e do Município de Maceió.*

O Brasil "NÃO" está à venda!

O ilegítimo e golpista (Des)Governo Temer continua investindo pesado na entrega do patrimônio do povo brasileiro, que envolve, neste primeiro momento, os setores do petróleo e do pré-sal, da energia elétrica, além da Casa da Moeda, dos Correios e, acreditem, da Caixa Econômica Federal. O Governo golpista mantém a previsão de concluir 75 projetos de desestatização em 2018, e este "pacote do mal" inclui mais privatizações, concessões, arrendamentos e prorrogações de contratos em vigor com a iniciativa privada. No Estado de Alagoas inicialmente estão "na mesa" as privatizações dos setores de energia (Eletrobras) e aviação (Aeroporto Zumbi dos Palmares).

Mas, apesar do "vampirão" Michel Temer querer continuar "sangrando" o Brasil e os/as brasileiros/as, pesquisa realizada pelo Instituto DataFolha (dez./2017) informa que 07 (sete) em cada 10 (dez) brasileiros/as são CONTRA as privatizações das estatais em curso no país. A maioria, 67% da população, também vê mais prejuízos que benefícios na venda de companhias brasileiras para grupos estrangeiros. Ou seja, o povo brasileiro diz "NÃO" à privatização pretendida por Temer e a resposta vai ser dada nas ruas e, logo, logo, nas urnas! O país não é um "cacho de bananas". O BRASIL NÃO ESTÁ À VENDA!

Gestão democrática ameaçada!

A educação em Alagoas sofre retrocessos. Um dos mais graves é o processo de desmonte da gestão democrática nas escolas. Com um governo irresponsável e antidemocrático à frente da Secretaria de Estado da Educação, o processo eleitoral para diretoras/es de escola está cada dia mais longe de representar a vontade da comunidade escolar.

O Sinteal construiu a luta por gestão democrática e conquistou leis que garantem conselhos escolares (Lei Estadual nº 5.945 de 25 de agosto de 1997) e eleição direta para diretoras/es de escola (Lei nº 6.152, de 11 de maio de 2000), conquista recente e ameaçada.

O processo eleitoral realizado entre os dias 12 e 16 de março não garantiu a participação de todas as escolas. As escolas de tempo integral sofreram intervenção do governo, e não participaram do pleito. O Sinteal entrou na Justiça questionando o formato e defendendo a eleição direta com participação da comunidade escolar, de acordo com a lei. O processo está em andamento.

"Na verdade a eleição foi realizada em poucas escolas, porque, mesmo muitas estando aptas, ficaram fora do processo já que estavam sem aulas durante o período eleitoral", disse Patrícia David, diretora do Sinteal que acompanha a questão.

Além disso, os centros educacionais foram excluídos do processo democrático em uma decisão unilateral, sem nenhuma consulta, sob a alegação de que não são escolas. Uma conclusão controversa, visto que os centros funcionam atualmente com diretorias eleitas pela comunidade e apresentam o formato de escola como as outras.

As direções das escolas estão sofrendo com essa política há algum tempo. O governo reduziu a quantidade de diretores por escola. Junte esse quadro ao desestímulo das lideranças legítimas da comunidade escolar, e sai fortalecida a estratégia do Estado de ocupar a maioria das escolas com direções "indicadas", compromissadas mais com o gestor que com a comunidade.

O Sinteal reforça que a gestão democrática não se resume ao processo eleitoral, mas ele é parte fundamental nesse modelo de gestão. "Quando não se respeita as eleições diretas, isso reflete diretamente em espaços como Conselho Escolar e o Grêmio Estudantil, fragilizando esses instrumentos da sociedade", disse Patrícia.

REDE ESTADUAL

CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA 2018

“Reclamar só não basta. É preciso lutar!”

Sinteal e trabalhadoras/es em educação das redes estadual e municipais estão mobilizados nas lutas da Campanha Salarial 2018, que já demandou assembleias em Maceió e no interior do estado, ocupação de secretarias e atos públicos com passeatas em vários municípios do interior do estado.

O sindicato realizou, em 21/03, uma assembleia unificada das/os trabalhadoras/es das redes estadual e municipal de Maceió, no Clube Fênix Alagoano, encerrada com caminhada e ato público ao lado de outras categorias. Portando faixas, cartazes, bandeiras e carro-de-som, a categoria exigiu “negociação, já”!

A palavra de ordem dessa Campanha Salarial é: “Reclamar só não basta. É preciso lutar!”. Vamos à luta por melhores salários, trabalho decente e por uma educação de qualidade! Quem luta tem o respeito! Quem luta, conquista!

REDE MUNICIPAL

Sinteal cobra negociação urgente!

Com o envio de ofício ao Governo de Alagoas e à Seduc e a realização de uma assembleia geral unificada das redes estadual e municipal de Maceió, Sinteal e trabalhadoras/es da rede estadual deram início à Campanha Salarial 2018, cuja data-base é maio, e que vai exigir muita luta do sindicato e da categoria.

No ofício, o Sinteal reivindica a implantação do percentual de 6,81% de reajuste salarial (piso nacional do magistério), a discussão imediata das perdas salariais que, na “ERA RENAN FILHO”, já ultrapassam os 25%, além de mais 08 (oito) pontos de pauta: 1) Plano de Cargos e Carreira (PCC) da categoria; 2) Progressão das/os funcionárias/os; Regulamentação do cargo de Secretária/o Escolar; 3) Reposição dos descontos referentes às paralisações nacionais em 2016; 4) Processos de aposentadorias; 5) Reestabelecimento do ProFuncionário; 5) Eleição para diretoras/es de Escolas de Tempo Integral e Centros de Educação, e Participação no Conselho Estadual de Educação (CEE/AL).

Como 2018 é ano eleitoral, e a legislação impõe o “prazo-limite” de 07 de abril para a concessão de reajustes salariais, as negociações devem ser urgentes! O prazo é curto e temos muita luta pela frente!

Chega de descaso e enrolação!

Sinteal e trabalhadoras/es da rede pública municipal de Educação já deram o “recado” à Prefeitura de Maceió e à Semed: “ZERO POR CENTO de reajuste, de novo, não dá!”. Com a data-base em janeiro, o Sinteal enviou ofício no dia 08 daquele mês. De lá pra cá, a categoria aumentou a indignação e a mobilização, realizando assembleias e protestos, como o do dia 21/03, em frente à Secretaria Municipal de Finanças.

No ofício enviado à Semed, além do reajuste de 6,81% (aplicação do percentual do Piso Nacional da Educação 2018), o Sinteal cobra pautas pendentes como: 1) Retomada da Negociação Salarial 2017; 2) Pagamentos de Progressões por Mérito e Por Titulação (esta em débito há anos!); 3) Retroativo das Progressões; 4) Liberação de Dirigentes Sindicais; 5) Anuênios de Servidoras/es com 02 (duas) matrículas; 6) Convocação integral das/os concursadas/os; 7) Solução para o déficit de vagas na rede, e 8) Novo concurso público.

O certo é que a paciência da categoria esgotou e ninguém aceita mais o “blá-blá-blá” da dupla Prefeitura/Semed (que, em vez de reajuste, criminaliza nossa luta, acionando a Justiça para multar o Sinteal em 10 mil reais se houver ocupação de prédio público!). Chega de descaso, de enrolação e de repressão! Mais respeito com a Educação!

REDE MUNICIPAL INTERIOR

Luta no interior mais forte!

A luta do Sinteal e das/os trabalhadoras/es em educação no interior do estado nunca se mostra fácil. Na “teoria”, o discurso dos gestores é sempre o mesmo: vão “priorizar” a educação os trabalhadoras/es. Na prática, é o contrário: não querem aplicar o índice do piso nacional estabelecido pelo MEC - este ano de 6,81% -, além de dificultar o máximo as negociações das pendências das outras pautas acumuladas das campanhas salariais anteriores (2017. 2016...), que se juntam às do ano corrente.

Fechamos o 1º trimestre de lutas, e, a partir de agora, o momento é decisivo. Apesar do “chororô” das prefeituras, estudo feito pelo Prof. Milton Canuto (especialista em Financiamento da Educação), dá conta que apenas 15 municípios alagoanos - de um total de 102 - apresentaram crescimento negativo ao índice de reajuste do piso (MEC). Cinquenta (50) minicípios tiveram crescimento maior que o índice de reajuste do piso.

Seja através das “Caravanas do Sinteal”, seja pelas ações sindicais do dia a dia, Sinteal e núcleos regionais vêm organizando a luta no interior, convocando todas/os para essa batalha. É preciso compreender que “só reclamar não basta. É preciso lutar”. Como disse a presidenta do Sinteal, Consuelo Correia: “Ou a gente radicaliza, ou não vamos ter respostas quanto às nossas justas reivindicações salariais e outras pendências”. **A luta no interior precisa ser mais forte!**

Reforma da previdência: Luta vitoriosa, mas mobilização continua!

Em 2017, trabalhadoras/es em educação construíram forte luta contra a Reforma da Previdência, que representaria um desmonte na seguridade social e um ataque aos direitos de toda a classe trabalhadora. Depois de muitos embates, protestos, mobilizações, campanhas intensas, finalmente a vitória: o projeto de lei foi retirado da pauta de votação.

Em Alagoas, desde o início de 2017, o Sinteal esteve na linha de frente desta luta. Episódios como a Greve Nacional da educação, realizada em março, ou as inúmeras paralisações que aconteceram com milhares de pessoas nas ruas deixaram claro para os parlamentares o recado da Central Única dos Trabalhadores: "Se votar não volta!".

A campanha da CUT mobilizou a população alertando para o que representava a reforma. "O Governo ilegítimo de Temer investiu bilhões em publicidade pra convencer a população de que a reforma era uma coisa boa, mas a classe trabalhadora confrontou. Dialogamos, apresentamos dados, realizamos aulas públicas, seminários, palestras, debates para explicar a realidade. A

população entendeu, se uniu e deu a resposta", disse Girlene Lázaro, dirigente da CUT Alagoas e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação.

Mesmo com a vitória, as lideranças sindicais seguem em estado de alerta e mobilizando a população, já que o projeto foi retirado da pauta, mas ainda existe a possibilidade de tentarem novamente após as eleições. "Por isso temos que eleger parlamentares comprometidos com os direitos da população e manter a mobilização para que a reforma não volte a ser cogitada pelo governo golpista", diz Consuelo Correia, presidenta do Sinteal.

#SomostodasAngelica

No mês em que comemoramos o "Dia Internacional da Mulher" (08 de março), o Sinteal participou, em Viçosa (AL), último dia 20/03, do ato público "Angélica presente!", em protesto contra o feminicídio e o machismo. A professora Angélica foi covardemente esfaqueada e morta por seu marido, no dia 02 de março. O Sinteal prestou apoio à família e cobra das autoridades policiais que o crime não fique impune.

No início de fevereiro, duas jovens estudantes foram estupradas ao pegar uma "carona" na volta da faculdade para casa. As vítimas sofreram a visão deturpada da sociedade, questionadas pelo fato de pedirem carona. "Vivemos uma cultura tão absurda, que quando uma mulher sofre violência ela ainda é questionada, como se fosse responsável pelo fato", disse Girlene Lázaro, secretária da Mulher da CUT Alagoas e diretora do Sinteal.

O Mapa da Violência 2015 aponta um número assustador: 4.762 mulheres foram assassinadas no Brasil em 2013 (13 mortes por dia), mais da metade delas por familiares. O Brasil é o 5º país que mais mata mulheres no mundo. Em 2016, 49.497 estupros foram registrados, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Estes dados deixam claro que Angélica não é exceção: ela é mais uma vítima de uma cultura machista que prega que o corpo e a vida das mulheres pertencem aos homens, e quando são contrariados eles se sentem no direito de violentar e até tirar vidas.

Governo deposita em juízo parte do valor cobrado pelo SINTEAL

Depois do pedido de cumprimento de liminar formulado em fevereiro pelos advogados do Sinteal, o Estado depositou, em juízo, em torno de (apenas) R$ 1,3 milhão, quando o valor seria maior que R$ 16 milhões. O Estado recorreu da decisão, mas o TJ/AL negou o pedido de liminar apresentado pelo governo. O recurso apresentado aguarda decisão.

ENTENDA O CASO: Ao receber o rateio das sobras do FUNDEB de 2017, os servidores foram surpreendidos com um desconto referente à Previdência. O desconto é indevido e é alvo de uma ação movida pelo Sinteal desde o pagamento do rateio de 2016 (pago no início de 2017). A ação do ano passado movida pelo Sinteal conquistou liminar bloqueando os recursos do rateio do Fundeb, descontados ilegalmente à Previdência pelo Governo do Estado, na ordem de 33% (trinta e três por cento). O Sinteal alega que "rateio não é verba integrante do salário", e, portanto, não deve incidir desconto previdenciário por um motivo básico: este tipo de desconto não conta para a aposentadoria.

Ainda em tramitação, o processo não chegou ao fim. Por conta disso, o dinheiro não foi devolvido aos trabalhadores até a presente data. No entanto, mesmo com o reconhecimento da justiça sobre a ilegalidade do desconto - e até com liminar bloqueando recursos do ano passado -, o Estado teima em desrespeitar a Justiça. Em fevereiro, decisão judicial determinou que o Estado justificasse por que está descumprindo a decisão. Como a liminar prevê uma multa diária de R$ 40 mil, o Sinteal entrou com pedido de execução para que a multa seja aplicada e aguarda decisão. "O Sinteal permanece vigilante", avisa Consuelo Correia, presidenta do Sinteal. "Enquanto o Governo desrespeitar leis e decisões judiciais, denunciaremos e lutaremos para garantir que os direitos da categoria sejam respeitados".

Fundef é dívida antiga! Não vamos abrir mão.

Vários municípios alagoanos continuam com os recursos dos precatórios do Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério bloqueados, desde o ano passado, devido à ação interposta pela União (através do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife, Pernambuco) contra a Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), que é responsável pela ação dos precatórios dos municípios. O Sinteal, através de escritório jurídico contratado, está acompanhando o desenrolar desse processo, em defesa da utilização desses recursos - que ultrapassam a casa dos R$ 700 MILHÕES DE REAIS -, lutando para serem garantidos os direitos dos/as trabalhadores/as em educação. Pela Lei do Fundef, os recursos devem ser utilizados exclusivamente na Educação, com 60% destinados à valorização dos/as profissionais do magistério, e os outros 40% voltados para o pessoal de apoio e para a estrutura física das escolas.

O Sinteal continuará cobrando de todos os prefeitos alagoanos, na prática, a negociação aberta para a definição correta, seguindo a Lei do Fundef, da aplicação desses recursos.

Os municípios com os recursos bloqueados são estes:

Atalaia, Água Branca, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Batalha, Boca da Mata, Cacimbinhas, Campo Grande, Carneiros, Chã Preta, Coité do Nóia, Colônia Leopoldina, Coruripe, Delmiro Gouveia, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Ibateguara, Igaci, Igreja Nova, Jaramataia, Joaquim Gomes, Limoeiro de Anadia, Maragogi, Marechal Deodoro, Mata Grande, Messias, Olho D'água das Flores, Olho D'água do Casado, Ouro Branco, Palmeira dos Índios, Pariconha, Paripueira, Passo de Camaragibe, Paulo Jacinto, Penedo, Pindoba, Piranhas, Porto de Pedras, Rio Largo, Santana do Ipanema, São Brás, São José da Laje, São Luiz do Quitunde, São Miguel dos Campos, Satuba, União dos Palmares e Viçosa.

Relatório de Processos 2015, 2016 e 2017

O Sinteal continua a luta em defesa do direito dos trabalhadores e trabalhadoras em educação aos recursos financeiros da dívida do Fundef. A legitimidade de ações na Justiça é uma iniciativa dos municípios interessados na luta por tal direito. Mas o sindicato tem sempre exigido entrar como "parte" nos processos já instaurados, em andamento na justiça. A luta já foi totalmente vitoriosa em 05 (cinco) municípios: Anadia, Boca da Mata, Capela, Santa Luzia do Norte e São Miguel dos Milagres.

Outra luta do Sinteal é bloquear os recursos nos municípios onde as gestões colocam empecilhos para que as verbas do Fundef sejam unicamente utilizadas na Educação e na valorização do magistério. Esta luta tem encontrado dificuldades em virtude de um "entendimento equivocado" de setores do Ministério Público, em relação à aplicação dos referidos recursos do Fundef, mas, a partir do debate aberto e democrático, foi possível conquistar a destinação correta desses recursos em alguns municípios. Assim, a luta continua para que a educação pública e as/os trabalhadoras/es do magistério tenham, efetivamente, o direito legal a esses recursos.

Apresentamos, abaixo, atualizado, o "Relatório de Processos" quanto aos Recursos do Fundef, relativo aos anos de 2015, 2016 e 2017.

MUNICÍPIO - AL	MOVIMENTAÇÃO
RIO LARGO	PEDIDO DE BLOQUEIO NEGADO NA 1ª INSTÂNCIA PEDIDO DE BLOQUEIO CONCEDIDO NA 2ª INSTÂNCIA PROCESSO EM GRAU DE RECURSO RECURSO AINDA NÃO JULGADO
PINDOBA	PEDIDO DE BLOQUEIO CONCEDIDO NA 1ª INSTÂNCIA MUNICÍPIO NÃO RECORREU DA DECISÃO
JOAQUIM GOMES	PEDIDO DE BLOQUEIO CONCEDIDO NA 1ª INSTÂNCIA MUNICÍPIO INTERPÔS RECURSO RECURSO JULGADO E DECISÃO DE 1º GRAU MANTIDA
MARIBONDO	PEDIDO DE BLOQUEIO AINDA NÃO APRECIADO
OLHO D'ÁGUA DAS FLORES	PEDIDO DE BLOQUEIO CONCEDIDO NA 1ª INSTÂNCIA MUNICÍPIO INTERPÔS RECURSO RECURSO JULGADO E DECISÃO DE 1º GRAU MANTIDA
OLHO D'ÁGUA DAS FLORES	PEDIDO DE BLOQUEIO CONCEDIDO NA 1ª INSTÂNCIA MUNICÍPIO INTERPÔS RECURSO RECURSO JULGADO E DECISÃO DE 1º GRAU MANTIDA
BATALHA	PEDIDO DE BLOQUEIO CONCEDIDO NA 1ª INSTÂNCIA PROCESSO EM GRAU DE RECURSO RECURSO AINDA NÃO JULGADO
CAMPESTRE	PEDIDO DE BLOQUEIO CONCEDIDO NA 1ª INSTÂNCIA MUNICÍPIO NÃO RECORREU DA DECISÃO
CAMPO GRANDE	PEDIDO DE BLOQUEIO AINDA NÃO APRECIADO
SÃO SEBASTIÃO	PEDIDO DE BLOQUEIO CONCEDIDO NA 1ª INSTÂNCIA PROCESSO TRAMITANDO NA 1ª INSTÂNCIA
ARAPIRACA	PEDIDO DE BLOQUEIO CONCEDIDO NA 1ª INSTÂNCIA MUNICÍPIO INTERPÔS RECURSO CONTRA A DECISÃO RECURSO AINDA NÃO JULGADO
TRAIPU	PEDIDO DE BLOQUEIO AINDA NÃO APRECIADO PROCESSO TRAMITANDO NA 1ª INSTÂNCIA

MUNICÍPIO - AL	MOVIMENTAÇÃO
JACARÉ DOS HOMENS	PEDIDO DE BLOQUEIO AINDA NÃO APRECIADO
NOVO LINO	PEDIDO DE BLOQUEIO NÃO CONCEDIDO PROCESSO TRAMITANDO EM 1ª INSTÂNCIA
CRAIBAS	PEDIDO DE BLOQUEIO AINDA NÃO APRECIADO PROCESSO TRAMITANDO EM 1ª INSTÂNCIA
GIRAU DO PONCIANO	PEDIDO DE BLOQUEIO AINDA NÃO APRECIADO PROCESSO TRAMITANDO EM 1ª INSTÂNCIA
JEQUIÁ DA PRAIA	PEDIDO DE BLOQUEIO CONCEDIDO EM GRAU DE RECURSO JULGAMENTO DO RECURSO DESFAVORÁVEL AO SINTEAL PROCESSO TRAMITANDO EM 1ª INSTÂNCIA
LAGOA DA CANOA	REALIZAÇÃO DE ACORDO ACORDO NÃO HOMOLOGADO PROCESSO EM GRAU DE RECURSO RECURSO AINDA NÃO JULGADO
MINADOR DO NEGRÃO	PEDIDO DE BLOQUEIO CONCEDIDO NA 1ª INSTÂNCIA PROCESSO TRAMITANDO NA 1ª INSTÂNCIA
OLIVENÇA	PEDIDO DE BLOQUEIO CONCEDIDO NA 1ª INSTÂNCIA MUNICÍPIO INTERPÔS RECURSO RECURSO AINDA NÃO JULGADO
SANTANA DO MUNDAÚ	PEDIDO DE BLOQUEIO AINDA NÃO APRECIADO
IBATEGUARA	PEDIDO DE BLOQUEIO CONCEDIDO NA 1ª INSTÂNCIA MUNICÍPIO INTERPÔS RECURSO RECURSO AINDA NÃO JULGADO
MONTEIRÓPOLIS	PEDIDO DE BLOQUEIO AINDA NÃO APRECIADO PROCESSO TRAMITANDO NA 1ª INSTÂNCIA
SENADOR RUI PALMEIRA	PEDIDO DE BLOQUEIO AINDA NÃO APRECIADO PROCESSO TRAMITANDO NA 1ª INSTÂNCIA
ESTRELA DE ALAGOAS	PEDIDO DE BLOQUEIO CONCEDIDO EM GRAU DE RECURSO JULGAMENTO DO RECURSO FAVORÁVEL AO SINTEAL PROCESSO TRAMITANDO NA 1ª INSTÂNCIA

Aposentadas/os: 2018 de muitas ações!

Depois de iniciar 2018 realizando, dia 27/01, no Centro de Formação e Lazer (Balneário do sindicato), em Ipioca, a festa do "Dia Nacional dos/as Aposentados/as" (que é comemorado em 24/01), a Secretaria de Aposentados/as mobilizou a categoria para participar do Bloco "Giz&Pó: alergia só", no Maceió Folia, em fevereiro, e, em outra frente de atividades, retornou com as atividades-aulas de Artesanato.

O ano realmente promete! A Secretaria planejou para este 1º semestre de 2018 um verdadeiro corpo a corpo com a categoria, para traçar um "raio-X" do que pode ser feito em prol de cada companheira/o aposentada/o da educação.

Na folhinha do calendário o dia 09 de maio já está reservado para uma reunião do Coletivo do/a Aposentado/a. Para o dia 18 já está definido um evento de maior porte: o III Encontro de Aposentados/as da Educação, com o tema: "A saúde no envelhecimento: prevenção e promoção". Afinal de contas, a luta não se aposenta!

Saúde: ações voltadas para a categoria

A criação do Coletivo de Saúde do Sinteal, em fevereiro último, é um marco para a nossa categoria, que sofre, infelizmente, com constantes problemas de saúde. Esta decisão histórica foi definida após reunião ampliada com todos os Núcleos Regionais da entidade.

Com 28 componentes (incluindo companheiras/os da Executiva estadual), o Coletivo de Saúde terá a missão de ouvir a categoria para deliberar, junto aos gestores públicos, políticas de saúde em benefício das/os trabalhadoras em educação.

Dentre as primeiras ações do Coletivo de Saúde destaca-se uma visita ao Núcleo de Qualidade de Vida da Secretaria de Estado da Educação (NUQAV/Seduc), onde foi feito um levantamento do número de profissionais do magistério e demais servidores/as da educação afastados/as por licença médica e também o número de professoras/es já readaptadas/os. Outra visita foi ao Cerest/Maceió, para conhecer projeto pró-saúde do/a trabalhador/a em educação. Há possibilidade de uma parceria.

As lutas no campo judicial

Na busca por direitos já conquistados, o Sinteal tem investido muitos esforços também no campo jurídico para garantir o cumprimento da lei. Com centenas de processos em andamento, os advogados do sindicato tem trabalhado diariamente em defesa da justiça a trabalhadoras/es da educação de Alagoas.

Mesmo ainda dependendo da celeridade da Justiça, algumas vitórias já foram obtidas. Conquistamos para um secretário escolar, o direito de acumular o cargo com o de professor, e seguimos na luta para que os demais tenham o mesmo direito. Conseguimos através de antecipação de tutela impedir o processo de indicação de diretores nas escolas de tempo integral da rede estadual, o que na prática significaria um grave ataque à gestão democrática. Obtivemos êxito na nomeação de profissionais aprovados no concurso público da rede estadual, que permaneciam na reserva técnica apesar do grande número de trabalhadores/as precarizados/as na rede.

O Sinteal acredita que as maiores vitórias e conquistas são garantidas na luta, no enfrentamento político. O sindicato recorre à Justiça em muitos casos, mas sabemos que não basta esperar pelo Judiciário. Somente com mobilização e participação é possível transformar as leis em direitos efetivos para a classe trabalhadora.

Mulheres em luta por direitos e democracia!

A luta das mulheres não se encerra na questão da violência. O movimento feminista luta contra a reforma da Previdência do golpista (des)governo Temer, e em defesa da democracia ameaçada. "A reforma previdenciária atinge toda a classe trabalhadora e, indiretamente, a economia de muitos municípios será prejudicada caso seja aprovada, mas o prejuízo é ainda maior para nós mulheres", alertou Consuelo Correia, presidenta do Sinteal.

Ela explicou também que desde o Golpe de Estado que aconteceu no país, a democracia está em cheque, e estão acontecendo muitas tentativas de retirada de direitos das mulheres. "Quando a primeira presidenta mulher eleita foi arrancada do poder sem nenhum crime, ela recebeu muitas críticas e xingamentos, todos relacionados ao fato de ser mulher. Esse governo ilegítimo acabou com políticas públicas de gênero, com projetos de lei que anulam direitos das mulheres até em questões como o estupro. É preciso reestabelecer a democracia, urgente!", concluiu.

VITÓRIA

Suspenso desconto no auxílio-doença

O juiz da 14ª Vara Cível da Capital, Drº Antonio Emanuel Dória, determinou a suspensão imediata dos descontos nos salários das/es trabalhadoras/os da rede municipal de educação de Maceió, afastadas/os por problemas de saúde. A ação judicial foi movida pelo Sinteal, questionando os descontos indevidos e exigindo a devolução do dinheiro. Consuelo Correia, presidenta do Sinteal, parabeniza a decisão da Justiça: "É inadmissível que trabalhadores com problemas de saúde sejam prejudicados pela prefeitura dessa forma. O juiz reconheceu esse absurdo concedendo a tutela antecipada e garantindo este direito".

Atualmente a justiça brasileira tem agido com o entendimento de que só serão beneficiados/as com ações movidas pelo sindicato aqueles/as trabalhadores/as que estejam filiados/as, sendo legitimamente representados/as. O Sinteal convoca aqueles que ainda não estão filiados a comparecer à nossa sede para preencher ficha de filiação, passando a contribuir com a construção da luta em defesa dos direitos de classe, além de usufruir de vários benefícios como conquistas e convênios que trazem descontos em muitos serviços.

Caravanas Sinteal: Porque a luta não para!

Lançada em outubro de 2017, a "Caravana Sinteal: Porque a luta não para!" já percorreu cinco regiões de Alagoas com visitas a escolas de vários municípios, atendimento jurídico, emissão de carteirinhas, audiências com gestores e muito debate com a categoria.

O projeto foi pensado para fortalecer os núcleos regionais do Sinteal. "Estamos presentes em todo o Estado com diretorias eleitas nas 11 regiões de ensino. Além disso, a secretaria de Assuntos Municipais monitora e se faz presente sempre que necessário. Mas, ainda assim, sentimos a necessidade de uma campanha que envolva toda a diretoria na realidade dos núcleos, para ver de perto o dia-a-dia das escolas em cada localidade e conversar pessoalmente com a base", disse Consuelo Correia, presidenta do Sinteal.

A primeira região que recebeu a Caravana foi Pão de Açúcar. Durante a visita, representantes dos coletivos de Aposentados/as, Mulher e Saúde do/a Trabalhador/a levaram material para dialogar sobre temáticas importantes para o sindicato. A equipe ligada ao setor de informações da sede estadual também esteve presente, esclarecendo dúvidas, emitindo carteirinhas e atualizando dados no sistema. Também foi realizado um plantão jurídico atendendo trabalhadoras/es da educação da região.

Ainda no ano passado foram realizadas as caravanas de Palmeira dos Índios e Delmiro Gouveia. Todas com o mesmo formato, visitando não apenas a cidade-sede da região, como também vários municípios, inclusive escolas da zona rural e de difícil acesso. O projeto seguirá ainda mais forte em 2018. Já passou por Viçosa, em fevereiro, e Santana do Ipanema, em março. Em sua 6ª edição, a "Caravana Sinteal" chegará à Região Agreste de Alagoas (Núcleo de Arapiraca), nos dias 10 e 11 de abril, para contato direto com a categoria e promoção de várias ações de luta.